

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	57

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		1,25560
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	1,25560
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Ordinária		1,36344
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	1,36344
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	1,36344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	16.022.722	15.174.853
1.01	Ativo Circulante	2.580.358	1.471.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.780	13.997
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.429.148	825.652
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.429.148	825.652
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.429.148	825.652
1.01.03	Contas a Receber	1.005.079	471.279
1.01.03.01	Clientes	1.005.079	471.279
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	1.066.711	530.195
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-61.632	-58.916
1.01.04	Estoques	34.361	34.964
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.700	6.989
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.290	118.518
1.01.08.03	Outros	100.290	118.518
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	2.746	39.491
1.01.08.03.04	Outros	97.544	79.027
1.02	Ativo Não Circulante	13.442.364	13.703.454
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.509.183	2.626.715
1.02.01.03	Contas a Receber	5.962	6.426
1.02.01.03.01	Clientes	5.962	6.426
1.02.01.06	Tributos Diferidos	182.744	297.573
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	182.744	297.573
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.310	4.213
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.317.167	2.318.503
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	599.805	601.141
1.02.01.09.04	Ativo Disponível para Reversão	3.529.080	3.529.080
1.02.01.09.05	Provisão Ativo Contingente - UHE Três Irmãos	-1.811.718	-1.811.718
1.02.03	Imobilizado	10.933.181	11.076.739
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.933.181	11.076.739

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	16.022.722	15.174.853
2.01	Passivo Circulante	2.270.981	1.251.127
2.01.02	Fornecedores	7.893	21.907
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.893	21.907
2.01.03	Obrigações Fiscais	191.569	51.649
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	191.569	51.649
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.084.976	193.781
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.084.976	193.781
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	946.719	56.392
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	138.257	137.389
2.01.05	Outras Obrigações	986.543	983.790
2.01.05.02	Outros	986.543	983.790
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	402.162	402.162
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	125.740	133.807
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	35.120	32.294
2.01.05.02.07	Obrigações Socioambientais	5.072	12.418
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	291.399	287.708
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	127.050	115.401
2.02	Passivo Não Circulante	3.607.057	4.606.340
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	627.594	1.569.012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	627.594	1.569.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.983	943.478
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	590.611	625.534
2.02.02	Outras Obrigações	2.979.463	3.037.328
2.02.02.02	Outros	2.979.463	3.037.328
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	441.552	496.736
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	47.282	62.915
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	33.600	33.600
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.329.753	2.316.985
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	109.800	109.800
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	17.476	17.292
2.03	Patrimônio Líquido	10.144.684	9.317.386
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	814.757	814.757
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	368.223	368.223
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	446.534	446.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	889.231	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	487.119	531.519
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	49.046	66.579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.704.205	1.144.537
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-393.127	-419.760
3.02.01	Pessoal	-43.169	-46.995
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-2.107	-2.178
3.02.03	Entidade de Previdência - CPC 33/IAS 19	1.255	-3.989
3.02.04	Material	-2.872	-2.821
3.02.05	Serviços de Terceiros	-18.263	-20.540
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-51.898	-47.307
3.02.08	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviço do Sistema	-91.606	-85.785
3.02.09	Taxas do Setor Elétrico	-4.611	-4.353
3.02.10	Créditos de COFINS/PIS s/ Encargos de Uso da Rede e Energia Comprada	4.514	5.299
3.02.11	Depreciação	-159.268	-191.293
3.02.12	Provisões Operacionais	-12.170	-16.980
3.02.13	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-6.294	0
3.02.14	Provisão para Perda Estimada de Crédito	-2.716	0
3.02.15	Outras Despesas	-3.922	-2.818
3.03	Resultado Bruto	1.311.078	724.777
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.174	-75.296
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.174	-75.296
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-8.174	-75.296
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.302.904	649.481
3.06	Resultado Financeiro	-33.028	-80.331
3.06.01	Receitas Financeiras	29.124	12.911
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.152	-93.242
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-46.682	-75.005
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-37.007	-38.899
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	21.537	20.662
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.269.876	569.150
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-425.045	-230.139
3.08.01	Corrente	-310.216	-176.142
3.08.02	Diferido	-114.829	-53.997
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	844.831	339.011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	844.831	339.011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	844.831	339.011
4.03	Resultado Abrangente do Período	844.831	339.011

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	702.240	330.286
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.502.244	933.353
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	1.269.876	569.150
6.01.01.02	Depreciação	159.596	191.622
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	54.103	75.256
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	852	3.989
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	14.704	92.956
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado	397	380
6.01.01.07	Provisão para Perda Estimada de Créditos	2.716	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-568.797	-433.506
6.01.02.01	Valores a Receber	-536.516	-400.293
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	36.745	-12.015
6.01.02.03	Almoxarifado	603	-635
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	2.192	-9.901
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	3.088	89.566
6.01.02.06	Outros Créditos	-18.053	3.033
6.01.02.07	Fornecedores	-14.014	-11.352
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	8.996	9.130
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-33.166	-8.719
6.01.02.10	Energia Comprada - CCEE	0	-100.084
6.01.02.11	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-8.067	32.608
6.01.02.12	Pagamentos De Riscos Legais	-14.982	-14.466
6.01.02.13	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-7.560	-7.280
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	1.974	-1.677
6.01.02.15	Outras Obrigações	9.963	-1.421
6.01.03	Outros	-231.207	-169.561
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-51.915	-81.019
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-179.292	-88.542
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.389	-2.734
6.02.01	Imobilizado	-3.389	-2.734
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-103.572	-109.172
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-103.572	-109.172
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	595.279	218.380
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	839.649	513.525
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.434.928	731.905

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	844.831	-17.533	827.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	844.831	0	844.831
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-17.533	-17.533
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de março de 2014	0	0	0	0	-17.533	-17.533
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	44.400	-44.400	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	44.400	-44.400	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	368.223	889.231	982.699	10.144.684

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	387.489	-48.478	339.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	339.011	0	339.011
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	48.478	-48.478	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	48.478	-48.478	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	426.716	387.489	1.500.212	10.218.948

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.863.048	1.287.430
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.865.764	1.287.430
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.716	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115.853	-111.035
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.135	-23.361
7.02.04	Outros	-94.718	-87.674
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-91.606	-85.785
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-3.112	-1.889
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.747.195	1.176.395
7.04	Retenções	-159.596	-191.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-159.596	-191.622
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.587.599	984.773
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-82.929	-116.360
7.06.02	Receitas Financeiras	29.124	12.911
7.06.03	Outros	-112.053	-129.271
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	21.537	20.662
7.06.03.02	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	1.255	-3.989
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-114.829	-53.997
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-12.170	-16.980
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 27.2)	-7.846	-74.967
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.504.670	868.413
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.504.670	868.413
7.08.01	Pessoal	61.871	37.082
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.764	34.904
7.08.01.04	Outros	2.107	2.178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	418.847	278.676
7.08.02.01	Federais	418.827	278.644
7.08.02.03	Municipais	20	32
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.121	213.644
7.08.03.01	Juros	46.682	75.005
7.08.03.02	Aluguéis	810	929
7.08.03.03	Outras	131.629	137.710
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	37.007	38.899
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	51.898	47.307
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	21.077	35.361
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.036	11.790
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	4.611	4.353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	844.831	339.011
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	844.831	339.011

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – 1º Trimestre de 2014

As receitas no primeiro trimestre de 2014 alcançaram R\$ 1.865,8 milhões, com crescimento de 44,9% em relação ao mesmo período de 2013, resultado obtido, principalmente, pela (i) realocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2013, denominados Produto 2006-2013; (ii) liquidação de volumes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por força da quantidade descontratada e dos elevados Preços de Liquidação das Diferenças - PLD's praticados neste trimestre (Notas 23.2 e 23.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 161,6 milhões, com aumento de 13,1% em relação ao primeiro trimestre de 2013.

Os custos e despesas operacionais ficaram em R\$ 393,1 milhões, refletindo uma redução de 6,3% em relação ao 1º trimestre do ano anterior, com destaque para as seguintes variações: (i) diminuição da despesa de depreciação pelo término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pelo regime de preço; a Companhia calculou a depreciação da usina até abril de 2013 e transferiu o valor residual contábil do ativo imobilizado para a conta de Ativo disponível para reversão, no ativo não circulante (Nota 30); (ii) constituição de provisão de R\$ 6,3 milhões para o Programa de Incentivo a Aposentadoria – PIA com a adesão de 54 empregados; (iii) aumento na Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, pelo aumento da produção de energia comandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; e (iv) acréscimo em Encargos do Sistema de Transmissão, pelo aumento das tarifas.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) aumentou 80,9% e atingiu R\$ 1.311,1 milhões, com EBITDA alcançando R\$ 1.462,5 milhões.

As Outras (Despesas) e Receitas Líquidas apresentaram uma expressiva reversão em provisões para riscos legais e encerraram o trimestre em R\$ 8,2 milhões negativos (Nota 24.2).

O Resultado Financeiro (Nota 25) alcançou R\$ 33 milhões negativos (redução de 58,9%). As Receitas Financeiras, de R\$ 29,1 milhões, refletem, principalmente, aumento nos rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 37,8% e totalizaram R\$ 46,7 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da empresa.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 4,9% e encerraram o período em R\$ 37 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 21,5 milhões positivos, decorrentes da valorização de 3,4% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no primeiro trimestre de 2014.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 1.269,9 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro Líquido de R\$ 844,8 milhões, refletindo um crescimento de 149,2% em relação ao primeiro trimestre de 2013.

Comentário do Desempenho

Indicadores Econômico-Financeiros

Retorno	31.03.2014	31.03.2013	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	208,59	144,16	44,7%
Margem Operacional (%).....	76,9%	63,3%	21,5%
Variação do Dólar (%).....	-3,40%	-1,45%	-2,0 pp
Liquidez/Endividamento/VPA	31.03.2014	31.12.2013	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,37	0,39	-5,0%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,58	0,63	-7,8%
Liquidez Corrente.....	1,14	1,18	-3,4%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	30,98	28,45	8,9%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	31.03.2014	31.03.2013	Var.
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	844.831	339.011	149,2%
Imposto de renda e Contribuição social.....	425.045	230.139	84,7%
Resultado financeiro.....	33.028	80.331	-58,9%
= EBIT / LAJIR	1.302.904	649.481	100,6%
Depreciação.....	159.596	191.622	-16,7%
= EBITDA / LAJIDA	1.462.500	841.103	73,9%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP – Companhia Energética de São Paulo possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, e uma usina, a de Três Irmãos, que a partir de 18 de abril de 2013 por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 teve sua garantia física alocada no regime de cotas. Ambas as operações somam 57 unidades geradoras, 7.457,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia (Nota 11.2), representando 6% e 5%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Produção Bruta em MWh		
Usinas	2014	2013
	1º Trim.	1º Trim.
<i>Ilha Solteira</i>	4.116.337	3.846.874
<i>Três Irmãos</i>	505.252	566.581
<i>Jupia</i>	2.281.266	2.191.580
<i>Porto Primavera</i>	2.573.096	2.610.094
<i>Paraibuna</i>	123.881	62.982
<i>Jaguari</i>	26.572	10.838
Total	9.626.404	9.288.949

Da receita operacional bruta da Companhia do período findo em 31 de março de 2014, 36% (49% em 2013) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 16% (18% em 2013) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 48% (33% em 2013) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 23.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

Notas Explicativas

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	jan/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	jan/14	98,00
		2.286,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 23.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida em Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE's de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continua a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão que se dará em julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 30.

As usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera (e adicionalmente, a usina Três Irmãos) concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

Notas Explicativas

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014). Durante 2013 vigorou a TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.403, de 18 de dezembro de 2012).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 13 de maio de 2014.

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de março de 2014, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

- a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
- b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

Notas Explicativas

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o exercício de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Notas Explicativas

- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Ativo Contingente

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Dada a divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa a UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercido por medidas judiciais. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso – Nota 30).

3.8 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
- b. Encargos de dívidas (Nota 12)
- c. FIDC's (Nota 13)

3.9 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.10 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 19).

Notas Explicativas

3.11 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do período.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do período, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é considerado como despesa de imposto de renda no resultado do período, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.13 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

Notas Explicativas

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

3.14 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.14.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirem energia dos distribuidores locais.

3.14.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.14.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.14.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.14.5 Regime de Cotas

Notas Explicativas

A Portaria MME nº 125 de 17 de abril de 2013, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos. A partir de então, a Companhia passou a auferir, provisoriamente, receitas através do regime de cotas, instituído pela Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.16 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.17 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.19 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Notas Explicativas

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Notas Explicativas

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

4.1 Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Março de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

4.2 Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9 introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. Em Fevereiro de 2014, o IASB decidiu exigir a aplicação obrigatória do pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2013) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de Aplicação	31.03.2014	31.12.2013
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		5.780	13.997
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	1.427.915	824.720
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	1	1
Outras instituições.....	CDB / CDI	1.232	931
		<u>1.429.148</u>	<u>825.652</u>
		<u>1.434.928</u>	<u>839.649</u>

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	31.03.2014			31.12.2013
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 6)	Total	Total
Consumidores				
Industrial.....	96.752	4.172	100.924	84.851
Serviços públicos.....	4.198	-	4.198	4.049
	<u>100.950</u>	<u>4.172</u>	<u>105.122</u>	<u>88.900</u>
Revendedores				
Agentes comercializadores.....	102.882	-	102.882	71.130
Leilões de energia.....	146.420	9.748	156.168	198.728
Suprimento - cotas.....	7.525	-	7.525	7.409
	<u>256.827</u>	<u>9.748</u>	<u>266.575</u>	<u>277.267</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	681.302	-	681.302	150.316
	<u>681.302</u>	<u>13.712</u>	<u>695.014</u>	<u>164.028</u>
Total.....	<u>1.039.079</u>	<u>27.632</u>	<u>1.066.711</u>	<u>530.195</u>

Notas Explicativas

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de março de 2014, a concentração dos dez principais clientes é de 32% do total da carteira (39% em 31.12.2013).

6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de março de 2014 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2013).

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 31 de março de 2014, a Companhia comercializou o montante de R\$ 875.573 (R\$ 418.778 no mesmo período de 31.12.2013) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 23.2).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2013	Adições / Baixas	31.03.2014
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	(9.748)	-	(9.748)
Energia Livre (RTE) (Nota 6).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (c).....	(31.284)	(2.716)	(34.000)
	(58.916)	(2.716)	(61.632)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
 (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
 (c) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	31.03.2014	31.12.2013
Circulante		
Imposto de renda (a).....	1.735	29.513
Contribuição social (b).....	497	8.143
COFINS a compensar	423	1.508
PIS a compensar.....	91	327
	2.746	39.491

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
 (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

Notas Explicativas

9 OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.695	1.610
Créditos diversos (*)	37.435	34.631
FIDC - conta vinculada.....	33.871	20.824
Ordens de projetos - P & D.....	22.799	19.934
Outros.....	1.744	2.028
	<u>97.544</u>	<u>79.027</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	3.942	4.404
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	659	661
	<u>5.962</u>	<u>6.426</u>
Total.....	<u>103.506</u>	<u>85.453</u>

(*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 34.000 (R\$ 31.284 em 31.12.2013 – Nota 7).

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (a)		
Ações cíveis.....	163.884	160.397
Ações trabalhistas - recursais	45.273	40.914
Ações tributárias.....	16.270	16.832
Ações ambientais.....	295.992	295.992
Outros depósitos judiciais.....	2.138	2.137
	<u>523.557</u>	<u>516.272</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (b)	1.109	7.832
Quotas subordinadas - FIDC (c)	75.139	77.037
	<u>76.248</u>	<u>84.869</u>
Total.....	<u>599.805</u>	<u>601.141</u>

(a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de março de 2014, o montante de R\$ 523.557 (R\$ 516.272 em 31.12.2013; Nota 19);

(b) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;

(c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

Notas Explicativas

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais				
	Médias de Depreciação %	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....		393.599	-	393.599	393.653
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	23.927.619	(17.025.669)	6.901.950	7.012.116
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	6.496.641	(5.160.626)	1.336.015	1.364.883
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	7.837.539	(6.109.313)	1.728.226	1.747.460
Veículos.....	0,9%	6.894	(6.195)	699	740
Móveis e Utensílios.....	6,7%	25.592	(20.266)	5.326	5.956
		<u>38.687.884</u>	<u>(28.322.069)</u>	<u>10.365.815</u>	<u>10.524.808</u>
Em Curso					
Terrenos.....		1.895	-	1.895	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		139.165	-	139.165	125.542
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		51.480	-	51.480	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		151.017	-	151.017	150.660
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		111.810	-	111.810	110.650
Depósitos Judiciais.....		100.013	-	100.013	100.333
Outros.....		11.986	-	11.986	11.371
		<u>567.366</u>	<u>-</u>	<u>567.366</u>	<u>551.931</u>
Total		<u>39.255.250</u>	<u>(28.322.069)</u>	<u>10.933.181</u>	<u>11.076.739</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2014
Em Serviço						
Terrenos.....	393.653	-	-	20	(74)	393.599
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	7.012.116	-	(110.166)	-	-	6.901.950
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1.364.883	-	(28.868)	-	-	1.336.015
Máquinas e Equipamentos.....	1.747.460	-	(19.892)	660	(2)	1.728.226
Veículos.....	740	-	(41)	-	-	699
Móveis e Utensílios.....	5.956	-	(629)	-	(1)	5.326
	<u>10.524.808</u>	<u>-</u>	<u>(159.596)</u>	<u>680</u>	<u>(77)</u>	<u>10.365.815</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.895	20	-	(20)	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	125.542	13.623	-	-	-	139.165
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	51.480	-	-	-	-	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	150.660	357	-	-	-	151.017
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	1.820	-	(660)	-	111.810
Depósitos Judiciais.....	100.333	-	-	-	(320)	100.013
Outros.....	11.371	615	-	-	-	11.986
	<u>551.931</u>	<u>16.435</u>	<u>-</u>	<u>(680)</u>	<u>(320)</u>	<u>567.366</u>
Total	<u>11.076.739</u>	<u>16.435</u>	<u>(159.596)</u>	<u>-</u>	<u>(397)</u>	<u>10.933.181</u>

Notas Explicativas

	31.12.2012	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2013
Em Serviço						
Terrenos.....	1.082.925	-	-	282	(118)	1.083.089
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	9.604.269	-	(129.018)	-	-	9.475.251
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1.859.895	-	(35.713)	-	(15)	1.824.167
Máquinas e Equipamentos.....	2.072.188	-	(26.204)	41.959	(6)	2.087.937
Veículos.....	339	-	(34)	411	-	716
Móveis e Utensílios.....	8.566	-	(653)	28	(241)	7.700
	<u>14.628.182</u>	<u>-</u>	<u>(191.622)</u>	<u>42.680</u>	<u>(380)</u>	<u>14.478.860</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.894	1.170	-	(282)	-	2.782
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	117.909	8.352	-	-	-	126.261
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	54.528	-	-	-	-	54.528
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	191.449	1.776	-	(35.458)	-	157.767
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	108.437	1.231	-	(5.432)	-	104.236
Depósitos Judiciais.....	72.031	(2.165)	-	(1.508)	-	68.358
Outros.....	7.136	722	-	-	-	7.858
	<u>553.384</u>	<u>11.086</u>	<u>-</u>	<u>(42.680)</u>	<u>-</u>	<u>521.790</u>
Total	<u>15.181.566</u>	<u>11.086</u>	<u>(191.622)</u>	<u>-</u>	<u>(380)</u>	<u>15.000.650</u>

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 100.013 (R\$ 100.333 em 31.12.2013), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 24.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (a) (Nota 1.3)	5	807,5	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
	<u>57</u>	<u>7.457,3</u>	<u>3.916,0</u>		(c)

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013. Para maiores informações, vide Nota 30.

(b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(c) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

11.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01/01/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009.....	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010.....	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31.12.2011.....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no exercício (depreciação)..	(276.970)	94.170	(182.800)
Realização no exercício (Nota 30a).....	(1.264.198)	429.827	(834.371)
Saldo em 31.12.2013.....	805.332	(273.813)	531.519
Realização no período.....	(67.272)	22.872	(44.400)
Saldo final em 31.03.2014.....	738.060	(250.941)	487.119

Notas Explicativas

11.5 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição depreciado (valor novo de reposição depreciado) pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73% a.a. líquida de imposto de renda);
- As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de serem consideradas de forma integrada (complexo integrado), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia (“Poder Concedente”), através da Portaria Interministerial (“PI”) 580, informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões conforme as condições estabelecidas pela MP 579. O valor de indenização utilizado para fins de análise de “impairment” é a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

Especificamente, os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos, foram transferidos para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, e que deverão ser indenizados pelo Poder Concedente (Nota 30).

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2013, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de “Sale and Leaseback” e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.1 Composição

	31.03.2014				31.12.2013			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1) ..	1.178	31.307	-	32.485	554	32.409	-	32.963
BNDES (2)	5.508	100.041	589.305	694.854	1.976	102.275	624.182	728.433
Outras Instituições	101	122	1.306	1.529	48	127	1.352	1.527
	<u>6.787</u>	<u>131.470</u>	<u>590.611</u>	<u>728.868</u>	<u>2.578</u>	<u>134.811</u>	<u>625.534</u>	<u>762.923</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (3) ..	713	25.819	12.909	39.441	819	12.946	38.728	52.493
Notas de Médio Prazo (4)	16.491	898.515	-	915.006	37.431	-	879.388	916.819
ELETOBRÁS (5)	9	5.172	24.074	29.255	10	5.186	25.362	30.558
	<u>17.213</u>	<u>929.506</u>	<u>36.983</u>	<u>983.702</u>	<u>38.260</u>	<u>18.132</u>	<u>943.478</u>	<u>999.870</u>
	<u>24.000</u>	<u>1.060.976</u>	<u>627.594</u>	<u>1.712.570</u>	<u>40.838</u>	<u>152.943</u>	<u>1.569.012</u>	<u>1.762.793</u>

Notas Explicativas

12.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Vencido. (b)	Carência (b)			31.03.2014	31.12.2013
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 a partir do 7º ano - 8,00	31.307	32.409
					31.307	32.409

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo de principal de R\$ 689.346 (R\$ 726.457 em 31.12.2013) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de “spread” básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do “Plano Brady”, referente a “Bônus ao Par” no valor de US\$ 325.516 mil e “Bônus de Desconto” no valor de US\$ 227.134 mil.

12.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (3) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Referia-se ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a. e liquidado em 5 de março de 2014 (R\$ 12.946 em 31.12.2013).

(b) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 31 de março de 2014 é de R\$ 38.728 (R\$ 38.728 em 31.12.2013).

- (4) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de março de 2014 é de R\$ 898.515 (R\$ 879.388 em 31.12.2013).

- (5) Saldo de principal de R\$ 29.246 (R\$ 30.548 em 31.12.2013), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:

(a) Saldo de R\$ 28.341 (R\$ 29.590 em 31.12.2013) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.

(b) Saldo de R\$ 905 (R\$ 958 em 31.12.2013) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

12.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	31.03.2014			31.12.2013		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	722.081	319.081	100,00	760.345	324.573	100,00
	722.081	319.081	100,00	760.345	324.573	100,00

Notas Explicativas

12.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2015.....	39.648	89.723	17.806	107.529
2016.....	51.213	115.895	4.896	120.791
De 2017 a 2020.....	169.548	383.687	14.281	397.968
De 2021 a 2024.....	577	1.306	-	1.306
	260.986	590.611	36.983	627.594

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,2630 em 31 de março de 2014 (R\$ 2,3426 em 31.12.2013).

12.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
31.03.2014	(3,40)	2,18	0,18	2,55	2,75
31.03.2013	(1,45)	1,94	-	0,84	0,81

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	31.03.2014			31.12.2013	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	4.081	287.318	441.552	732.951	784.444
	4.081	287.318	441.552	732.951	784.444

Para projeção de vencimentos, vide Nota 30.1.

13.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 75.139 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

Notas Explicativas

14 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS + FIDC + VALORES A PAGAR

Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	Valores em R\$ mil	
					Encargos	Principal				31.03.2014	31.12.2013
MOEDA ESTRANGEIRA							6.787	131.470	590.611	728.868	762.923
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							1.178	31.307	-	32.485	32.963
BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	12.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	1.178	31.307	-	32.485	32.963
BRADY - DINHEIRO NOVO	US\$	12.2 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2009	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	-	-	-	-	-
BNDES	US\$	12.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	5.508	100.041	589.305	694.854	728.433
OUTRAS INSTITUIÇÕES							101	122	1.306	1.529	1.527
ELETROP PAULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	101	122	1.306	1.529	1.527
MOEDA NACIONAL							17.213	929.506	36.983	983.702	999.870
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							713	25.819	12.909	39.441	52.493
B. BRASIL - (BNDES / BIB's)	R\$	12.3 item 3	8,38119% a.a. + (IGP-M/TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	-	-	-	-	13.033
BNDES - Finame ITAÚ-BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	713	25.819	12.909	39.441	39.460
MEDIUM TERM NOTES							16.491	898.515	-	915.006	916.819
BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	12.3 item 4	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	16.491	898.515	-	915.006	916.819
ELETROBRÁS							9	5.172	24.074	29.255	30.558
ELETROBRÁS - RGR	R\$	12.3 item 5	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.001	23.340	28.341	29.591
ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	9	171	734	914	967
OUTRAS DÍVIDAS							4.081	287.318	441.552	732.951	784.444
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS		13					4.081	287.318	441.552	732.951	784.444
FIDC IV	R\$		1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	4.081	287.318	441.552	732.951	784.444
TOTAL GERAL							28.081	1.348.294	1.069.146	2.445.521	2.547.237

14.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
Saldo inicial em 31.12.2013	999.870	762.923	784.444	2.547.237
Juros e Comissões.....	22.477	12.658	3.166	38.301
Variações Monetárias.....	18.179	-	18.828	37.007
Variações Cambiais.....	-	(21.537)	-	(21.537)
Amortização de Principal.....	(13.302)	(16.783)	(73.487)	(103.572)
Amortização de Juros.....	(43.522)	(8.393)	-	(51.915)
Saldo final em 31.03.2014	983.702	728.868	732.951	2.445.521

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2012	1.198.174	1.269.614	1.002.529	122.775	3.593.092
Juros e Comissões.....	25.288	24.059	4.535	3.218	57.100
Variações Monetárias.....	23.509	-	15.390	34	38.933
Variações Cambiais.....	-	(20.662)	-	-	(20.662)
Amortização de Principal.....	(12.112)	(12.829)	(73.904)	(10.327)	(109.172)
Amortização de Juros.....	(50.410)	(28.361)	-	(2.248)	(81.019)
Saldo final em 31.03.2013	1.184.449	1.231.821	948.550	113.452	3.478.272

Notas Explicativas

15 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
COFINS s/ receitas	37.047	24.725
PIS s/ receitas	8.038	5.366
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	4.123	1.821
Imposto de renda s/lucro.....	96.017	-
Contribuição social s/lucro.....	34.907	-
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	2.458	5.482
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.308	4.902
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.580	1.759
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (*).....	3.091	7.594
	<u>191.569</u>	<u>51.649</u>

(*) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (*) (CP) 31.12.2013.....	7.594
(+) Atualização/juros.....	107
(-) Pagamentos.....	<u>(4.610)</u>
Saldo em 31.03.2014.....	<u>3.091</u>

Composição:

	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	3.091	-	3.091	7.594
	<u>3.091</u>	<u>-</u>	<u>3.091</u>	<u>7.594</u>

Quando da consolidação desses débitos, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelo pagamento em 36 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais atualizadas pela SELIC.

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.763.839, sendo: R\$ 2.070.229 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 851.282 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.218.947), e de contribuição social de R\$ 693.610 (formado por base negativa de R\$ 254.789 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 438.821).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de março de 2014, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2023; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Não foram preparadas projeções para exercícios superiores a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO ATIVO / (PASSIVO)	
	31.03.2014	31.12.2013
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	414.546	512.246
Prejuízos fiscais (não registrados).....	436.736	436.736
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.218.947	1.217.848
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(184.515)	(201.333)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ..	(101.425)	(98.059)
	<u>1.784.289</u>	<u>1.867.438</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	157.077	192.501
Base negativa (não registrada).....	97.712	97.712
Diferenças intertemporais (não registradas).....	438.821	438.425
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(66.425)	(72.480)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ..	(36.514)	(35.302)
	<u>590.671</u>	<u>620.856</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.192.216)</u>	<u>(2.190.721)</u>
	<u>182.744</u>	<u>297.573</u>

(a) No primeiro trimestre de 2014, foi realizado o valor de R\$ 133.124, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 97.700, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 35.424 de base negativa (Nota 26).

(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 22.873 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 4.578.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 26).

O imposto de renda (R\$ 414.546) e a contribuição social (R\$ 157.077) diferidos, totalizando R\$ 571.623, deverão ser realizados no exercício de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 à 2021	2022 e 2023	
Parcela Estimada de Realização	90.354	73.321	27.685	171.877	35.821	96.812	75.753	571.623

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	31.03.2014			31.12.2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BPS (Nota 17.2.1)..	96.315	256.258	352.573	366.374
- Contrato de Dívida - outros (Nota 17.2.2).....	23.887	61.153	85.040	86.872
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(120.202)	(270.129)	(390.331)	(390.331)
	<u>-</u>	<u>47.282</u>	<u>47.282</u>	<u>62.915</u>

Notas Explicativas

17.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

17.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

17.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

17.2.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de março de 2014, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Notas Explicativas

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

17.2.1 Movimentação

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Saldo inicial.....	62.915	306.870
(Receita) / despesa do período	852	(1.713)
Contribuições pagas.....	(33.166)	(8.719)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	16.681	5.702
Saldo final.....	<u>47.282</u>	<u>302.140</u>

Despesa / (Receita) estimada para 2014	<u>2014</u>
Plano BSPS.....	(137)
Plano BD.....	3.546
Total	<u>3.409</u>

18 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a)	24.074	36.860
- Diferença de Quotas - 2012 (b).....	18.399	18.399
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	33.252	32.865
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.242	1.241
Quotas para P&D - FNDCT (c).....	5.179	2.636
Quotas para P&D - EPE (c).....	2.589	1.318
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d).....	40.379	39.799
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e).....	626	689
	<u>125.740</u>	<u>133.807</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2013 (f).....	33.600	33.600
	<u>159.340</u>	<u>167.407</u>

- (a) Quota RGR do mês de março de 2014, de R\$ 7.026 acrescida de 4 parcelas de R\$ 4.262, do período janeiro a julho de 2013, conforme despacho ANEEL 3.039, de 3 de setembro de 2013.
- (b) Diferença de quota RGR 2012, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2014.
- (c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente.
- (e) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.
- (f) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2015.

Notas Explicativas**19 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS**

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Composição:

	31.12.2013	Movimentação		31.03.2014
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	237.793	11.305	(4.279)	244.819
Cíveis				
Ações diversas	22.193	825	-	23.018
Tributárias				
Ações diversas	1.024	40	-	1.064
Indenizações				
Ações ambientais.....	551.568	19.011	-	570.579
Ações cíveis.....	870.991	32.500	(9.842)	893.649
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	219.573	13.046	(792)	231.827
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	413.843	(48.977)	(69)	364.797
Soma Indenizações e Desapropriações	2.055.975	15.580	(10.703)	2.060.852
TOTAL	2.316.985	27.750	(14.982)	2.329.753

	31.12.2012	Movimentação		31.03.2013
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	191.429	16.569	(6.694)	201.304
Cíveis				
Ações diversas	20.202	561	-	20.763
Tributárias				
Ações diversas	1.232	(150)	-	1.082
Indenizações				
Ações ambientais.....	493.750	13.148	(3.880)	503.018
Ações cíveis.....	742.770	52.346	(1.827)	793.289
Desapropriações e indenizações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	200.971	8.352	(728)	208.595
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	291.119	10.482	(1.337)	300.264
	1.728.610	84.328	(7.772)	1.805.166
TOTAL	1.941.473	101.308	(14.466)	2.028.315

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	31.03.2014			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	244.819	99.268	136.678	480.765
Ações cíveis diversas.....	23.018	164.849	3.942	191.809
Ações tributárias.....	1.064	36.067	7.834	44.965
Ações ambientais.....	570.579	1.140.081	1.295.444	3.006.104
Ações cíveis.....	893.649	2.242.386	1.737.535	4.873.570
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	231.827	867.357	61.909	1.161.093
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	364.797	1.320	705	366.822
	2.329.753	4.551.328	3.244.047	10.125.128

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 10.125.128. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.329.753, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 523.557 (R\$ 516.272 em 31 de dezembro de 2013), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 100.013 (imobilizado em curso – Nota 11).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de março de 2014, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 480.765. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 244.819 representadas por 685 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 45.288.

A CESP é ré em 36 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 98.432. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 146.387 associados a 649 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 99.268 correspondentes a 893 processos, sendo 24 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 31.116. O valor remanescente, de R\$ 68.152, corresponde a 869 processos.

19.2 Ações Cíveis Diversas

19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 31 de março de 2014, são R\$ 23.018 e R\$ 11.477 respectivamente.

19.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 153.372, cujo risco de perda é avaliado como possível.

19.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 44.965, composto por R\$ 1.064 com expectativa de perda considerada provável, referente a 4 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 16.270 (R\$ 16.832 em 31 de dezembro de 2013). Outras 99 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 36.067.

19.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

Notas Explicativas

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.710.660 em 31.03.2014, conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	167.130	426.039	593.169
Descumprimento de acordo.	202.020	371.256	573.276
Parques.....	167.406	-	167.406
Lençol freático.....	-	294.916	294.916
Outros.....	34.023	47.870	81.893
	<u>570.579</u>	<u>1.140.081</u>	<u>1.710.660</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 295.992 (R\$ 295.992 em 31.12.2013) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

19.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de março de 2014, é de R\$ 142.095 e R\$ 484.056 respectivamente, para 232 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 116 ações envolvendo o valor de R\$ 194.870 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 338.564 com risco de perda possível em 31 de março de 2014. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 64 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 512.598 e R\$ 44.087 respectivamente. Existem ainda outras 6 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 1.235.608 e outros 194 processos no montante de R\$ 184.158.

19.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 231.827 para 87 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 867.357 referentes a 7 processos judiciais.

19.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 366.822. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 364.797 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

20 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

20.1 Obrigações Socioambientais

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	5.072	12.418
	<u>5.072</u>	<u>12.418</u>
Não Circulante		
Reflorestamento (b)	75.000	75.000
Licenciamento.....	34.800	34.800
	<u>109.800</u>	<u>109.800</u>
	<u>114.872</u>	<u>122.218</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

A movimentação dos saldos está representada por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Atualização (nota 25)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>31.03.2014</u>
Circulante				
Termo de ajustamento de conduta - TAC	12.418	214	(7.560)	5.072
Não Circulante				
Reflorestamento.....	75.000	-	-	75.000
Licenciamento.....	34.800	-	-	34.800
	<u>109.800</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>109.800</u>
	<u>122.218</u>	<u>214</u>	<u>(7.560)</u>	<u>114.872</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Atualização (Nota 25)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>(+/-) Transferência</u>	<u>31.03.2013</u>
Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.163	839	(7.280)	6.331	24.053
Não Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	16.429	-	-	(6.331)	10.098
Reflorestamento	107.000	-	-	-	107.000
Licenciamento.....	104.712	-	-	-	104.712
	<u>228.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.331)</u>	<u>221.810</u>
	<u>252.304</u>	<u>839</u>	<u>(7.280)</u>	<u>-</u>	<u>245.863</u>

Notas Explicativas

20.2 Outras Obrigações

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Fundação CESP (a)	14.671	12.561
P & D - Projetos (b)	107.011	98.328
Parcelamento de Ações de Desapropriações (c)	252	442
Outros.....	5.116	4.070
	<u>127.050</u>	<u>115.401</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros.....	1.995	1.811
	<u>17.476</u>	<u>17.292</u>
	<u>144.526</u>	<u>132.693</u>

- (a) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (b) Recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (c) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 510 (R\$ 510 em 2013), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 412 (R\$ 412 em 2013) e encargos sociais no valor de R\$ 98 (R\$ 98 em 2013).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.03.2014				No Trimestre
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.198	-	-	-	12.379
Órgãos do Estado de SP (b) ..		Cessão de empregados	30.739	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	98	-	(294)
Eletrobrás.....	12	Empréstimos	-	-	5.181	24.074	(357)
Fundação CESP.....	17	Entidade de previdência	-	-	-	47.282	(4.026)
			<u>Saldo em 31.03.2013</u>				<u>No Trimestre</u>
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
			CPTM (a)	6	Venda de energia	3.780	-
DAEE.....		Cessão de créditos	24.832	-	-	-	707
EMAE (c)		Aluguel	-	-	93	-	-
Eletrobrás.....	12	Empréstimos	-	-	5.226	29.245	(646)
Eletrobrás.....		Valores a pagar	-	-	47.341	66.111	(3.252)
Fundação CESP.....	17	Entidade de previdência	-	-	31.598	270.542	(3.989)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
- (b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

- (c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 98.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 7.702.726 ações preferenciais classe A e 210.632.389 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de março de 2014, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	4.500	-	6.675	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.932.769</u>	<u>13,74</u>	<u>132.971.643</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	12.351.018	5,86	12.351.018	3,77
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	22.719.951	10,79	22.719.951	6,94
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	27.977.540	13,28	27.977.540	8,54
The Bank of New York - ADR Department	40.031	0,04	165.877	2,15	-	-	205.908	0,06
Pessoas Físicas.....	2.746.630	2,52	759.870	9,86	3.186.152	1,51	6.692.652	2,05
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.297.674	2,10	82.757	1,08	104.875.044	49,79	107.255.475	32,75
Outros.....	6.716	0,01	29.696	0,39	-	-	36.412	0,01
	<u>5.128.684</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>181.699.620</u>	<u>86,26</u>	<u>194.531.030</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	<u>1.991.811</u>		<u>140.539</u>		<u>3.843.083</u>		<u>5.975.433</u>	

22.2 Direitos das Ações

- (a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

22.3 Reservas de Capital

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>01.01.2012</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

22.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 11.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2013.....	805.332	(273.813)	531.519
Realização no período.....	(67.272)	22.872	(44.400)
Saldo final em 31.03.2014.....	738.060	(250.941)	487.119

22.5 Reservas de Lucros

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Reserva legal.....	55.616	55.616
Reserva estatutária.....	111.633	111.633
Reserva de lucros a realizar (*)	200.974	200.974
	<u>368.223</u>	<u>368.223</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não

Notas Explicativas

implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 12.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	33.405	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	200.974

23 RECEITA

23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 32 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2014		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	124,26	130,05	142,66	186,23	175,52	5,59
Ampla	Março	125,12	130,95	143,64	187,52	176,73	5,68

Reajustes em 2013		Produtos						Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31

Notas Explicativas

23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como um resumo da energia vendida por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	MWh (*)		R\$ Mil	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Fornecimento (1)				
Industrial.....	2.241.627	1.928.605	282.073	227.886
Serviço Público.....	66.509	88.287	8.641	10.940
	<u>2.308.136</u>	<u>2.016.892</u>	<u>290.714</u>	<u>238.826</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	2.297.929	1.624.822	293.088	218.979
	<u>2.297.929</u>	<u>1.624.822</u>	<u>293.088</u>	<u>218.979</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 2 CCEAR 2006-2013.....	-	2.458.748	-	244.459
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	40.113	40.202	4.824	4.550
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	333.855	334.041	41.921	39.439
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	231.634	232.342	31.906	30.097
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	187.707	185.268	33.711	31.282
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	332.682	332.370	56.365	52.942
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	887.776	-	170.098	-
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	217.505	-	35.932	-
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	59.768	58.280	7.793	7.136
	<u>2.291.040</u>	<u>3.641.251</u>	<u>382.550</u>	<u>409.905</u>
	<u>4.588.969</u>	<u>5.266.073</u>	<u>675.638</u>	<u>628.884</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	1.522.571	1.238.036	871.429	417.397
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	410.475	403.265	4.144	1.381
	<u>1.933.046</u>	<u>1.641.301</u>	<u>875.573</u>	<u>418.778</u>
Total.....	<u>8.830.151</u>	<u>8.924.266</u>	<u>1.841.925</u>	<u>1.286.488</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, encerrados em dezembro de 2012.

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Classe Consumo	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Fornecimento						
Industrial.....	2.241.627	1.928.605	282.073	227.886	125,83	118,16
Serviço Público.....	66.509	88.287	8.641	10.940	129,92	123,91
	<u>2.308.136</u>	<u>2.016.892</u>	<u>290.714</u>	<u>238.826</u>	<u>125,95</u>	<u>118,41</u>
Suprimento						
Leilões de Energia.....	2.291.040	3.641.251	382.550	409.905	166,98	112,57
Agentes Comercializadores.....	2.297.929	1.624.822	293.088	218.979	127,54	134,77
	<u>4.588.969</u>	<u>5.266.073</u>	<u>675.638</u>	<u>628.884</u>	<u>147,23</u>	<u>119,42</u>
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	1.522.571	1.238.036	871.429	417.397	572,34	337,14
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	410.475	403.265	4.144	1.381	10,10	3,42
	<u>1.933.046</u>	<u>1.641.301</u>	<u>875.573</u>	<u>418.778</u>	<u>452,95</u>	<u>255,15</u>
Total.....	<u>8.830.151</u>	<u>8.924.266</u>	<u>1.841.925</u>	<u>1.286.488</u>	<u>208,59</u>	<u>144,16</u>

Notas Explicativas

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Mercado Livre						
Consumidores Livres	2.308.136	2.016.892	290.714	238.826	125,95	118,41
Agentes Comercializadores	2.297.929	1.624.822	293.088	218.979	127,54	134,77
	<u>4.606.065</u>	<u>3.641.714</u>	<u>583.802</u>	<u>457.805</u>	<u>126,75</u>	<u>125,71</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	2.291.040	3.641.251	382.550	409.905	166,98	112,57
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	1.933.046	1.641.301	875.573	418.778	452,95	255,15
	<u>4.224.086</u>	<u>5.282.552</u>	<u>1.258.123</u>	<u>828.683</u>	<u>297,85</u>	<u>156,87</u>
Total.....	<u>8.830.151</u>	<u>8.924.266</u>	<u>1.841.925</u>	<u>1.286.488</u>	<u>208,59</u>	<u>144,16</u>
	Trimestres findos em					
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>				
Regime de Cotas						
UHE Três Irmãos.....	23.197	-				
Total.....	<u>23.197</u>	<u>-</u>				

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

23.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	290.714	238.826
Suprimento de energia - Contratos.....	293.088	218.979
Suprimento de energia de leilões.....	382.550	409.905
Energia de curto prazo	<u>875.573</u>	<u>418.778</u>
	1.841.925	1.286.488
Suprimento de energia regime de Cotas.....	23.197	-
Outras receitas.....	642	942
	<u>1.865.764</u>	<u>1.287.430</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.077)	(35.361)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(17.036)	(11.790)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(20)	(32)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(101.419)	(78.642)
PIS s/ receitas operacionais.....	<u>(22.007)</u>	<u>(17.068)</u>
	<u>(161.559)</u>	<u>(142.893)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.704.205</u>	<u>1.144.537</u>

24 CUSTOS E DESPESAS

24.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Uso da Rede Elétrica (*)		
Conexão - CTEEP	47	48
Rede Básica.....	<u>91.559</u>	<u>85.737</u>
Total.....	<u>91.606</u>	<u>85.785</u>

(*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1.555 de 27 de junho de 2013.

Notas Explicativas

24.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	31.03.2014	31.03.2013
Depreciação de bens não vinculados.....	(328)	(329)
Reversão / (Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas (a)	48.977	(10.482)
Provisões ações cíveis.....	(32.500)	(52.346)
Provisões ações ambientais.....	(19.011)	(13.148)
	<u>(2.534)</u>	<u>(75.976)</u>
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(5.038)	(919)
Despesas com convênios	(1.563)	(973)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	85	1.135
Outras (despesas) receitas líquidas.....	1.204	1.766
	<u>(8.174)</u>	<u>(75.296)</u>

- (a)** Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 19.7)
- (b)** Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

25 RESULTADO FINANCEIRO

	31.03.2014	31.03.2013
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	26.698	10.049
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	1.752	2.068
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE.....	-	707
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	671	-
Outras.....	3	87
	<u>29.124</u>	<u>12.911</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(12.658)	(24.059)
Moeda nacional.....	(25.643)	(29.823)
	<u>(38.301)</u>	<u>(53.882)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros....	(107)	(324)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	-	(3.252)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	-	(4.219)
Imposto sobre operações financeiras.....	(56)	(44)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(3.450)	(6.467)
Atualização TAC (nota 20.1).....	(214)	(839)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(212)	(1.133)
Atualização P&D - projetos.....	(1.870)	(1.114)
Desconto contrato de clientes.....	(689)	(1.980)
Outros encargos.....	(1.783)	(1.751)
	<u>(8.381)</u>	<u>(21.123)</u>
	<u>(46.682)</u>	<u>(75.005)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(37.007)	(38.899)
Moeda estrangeira.....	21.537	20.662
	<u>(15.470)</u>	<u>(18.237)</u>
	<u>(62.152)</u>	<u>(93.242)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(33.028)</u>	<u>(80.331)</u>

Notas Explicativas

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	31.03.2014		31.03.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	1.269.876	1.269.876	569.150	569.150
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(317.463)	(114.289)	(142.282)	(51.224)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Outros.....	2.371	(131)	2.857	(152)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	3.284	1.183	(28.925)	(10.413)
Receita / (Despesa) contabilizada.....	(311.808)	(113.237)	(168.350)	(61.789)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(227.560)	(82.656)	(128.891)	(47.251)
Diferido (Nota 16).....	(84.248)	(30.581)	(39.459)	(14.538)
Total no resultado.....	(311.808)	(113.237)	(168.350)	(61.789)
Alíquota Efetiva	24,6%	8,9%	29,6%	10,9%

Conforme descrito na Nota 16, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros, para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

26.1 Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397

Em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido.

O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão e a Companhia aguarda a definição das emendas à mesma para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

Notas Explicativas

27 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	31.03.2014	31.03.2013
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar)	401.543	271.172
	<u>401.543</u>	<u>271.172</u>

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.03.2014, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	31.03.2014	31.12.2013
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	371.697	366.167
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	695.014	164.028
	<u>1.066.711</u>	<u>530.195</u>
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	75.139	77.037
	<u>1.141.850</u>	<u>607.232</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).....	1.712.570	1.762.793
FIDC (Nota 13).....	732.951	784.444
	<u>2.445.521</u>	<u>2.547.237</u>

28.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	31.03.2014	31.12.2013
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	2.445.521	2.547.237
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(1.434.928)	(839.649)
Dívida Líquida.....	1.010.593	1.707.588
Patrimônio Líquido.....	10.144.684	9.317.386
Índice de Endividamento Líquido	10,0%	18,3%

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os “covenants” requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de março de 2014					
Empréstimos e Financiamentos.....	1.061.208	252.088	397.968	1.306	1.712.570
FIDC.....	291.399	421.716	19.836	-	732.951
	<u>1.352.607</u>	<u>673.804</u>	<u>417.804</u>	<u>1.306</u>	<u>2.445.521</u>
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e Financiamentos.....	193.781	1.033.848	533.812	1.352	1.762.793
FIDC.....	287.708	258.415	238.321	-	784.444
	<u>481.489</u>	<u>1.292.263</u>	<u>772.133</u>	<u>1.352</u>	<u>2.547.237</u>

Notas Explicativas

28.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de março de 2014, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 728.868 (R\$ 762.923 em 31.12.2013) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Passivos	Saldo Contábil	
	31.03.2014	31.12.2013
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 12)	728.868	762.923
Total	728.868	762.923

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,42	3,03	3,63

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (abril/2014 a março/2015), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	12.504	59.983	107.461

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um acréscimo na saída de caixa no período de abril/2014 a março/2015 de R\$ 12.504 no cenário provável, de R\$ 59.983 no cenário possível e de R\$ 107.461 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2014, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor	Saldo em 31.03.2014	Projeção para 31.03.2015		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dólar Americano - US\$	728.868	780.240	975.300	1.170.360
Total	728.868	780.240	975.300	1.170.360

28.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía R\$ 2.383.781, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 61.740 captados a taxas fixas:

Notas Explicativas

Passivos	Saldo Contábil	
	31.03.2014	31.12.2013
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	1.716.653	1.784.314
CDI	732.951	784.444
IGP-M	-	2.898
IPC-A	915.006	916.819
TJLP	39.441	49.595
TAXA FIXA	29.255	30.558
Moeda Estrangeira	728.868	762.923
UMBNDDES	694.854	728.433
LIBOR	1.529	1.527
TAXA FIXA	32.485	32.963
Total	2.445.521	2.547.237

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 04/04/2014. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Índices	Previsão	Taxa % a.a. Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	11,28	14,09	16,91
IPC-A	6,22	7,78	9,33
TJLP	5	6,25	7,5
UMBNDDES	4,02	5,03	6,04
LIBOR	0,5	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (abril/2014 a março/2015), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	2.050	5.809	9.550
	Varição do IPC-A	11.528	23.412	35.418
	Varição da TJLP	-	521	1.038
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDDES	-	7.604	15.433
	Varição da LIBOR	-	3	7
Total		13.578	37.349	61.446

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um acréscimo na saída de caixa de R\$ 13.578 no cenário provável, de R\$ 37.350 no cenário possível e R\$ 61.446 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2014, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 31.03.2015		
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 31.03.2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Varição do CDI	732.951	511.957	526.388	540.819
IPC-A	Varição do IPC-A	915.006	-	-	-
TJLP	Varição da TJLP	39.441	12.908	13.070	13.231
TAXA FIXA	Sem Risco	29.255	24.081	24.081	24.081
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Varição da UMBNDDES	694.854	624.158	630.436	636.714
LIBOR	Varição da LIBOR	1.529	2.137	2.140	2.142
TAXA FIXA	Sem Risco	32.485	96.037	96.037	96.037
Total		2.445.521	1.271.278	1.292.152	1.313.024

28.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

28.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 2,4 bilhões em 31 de março de 2014, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de março de 2014.

28.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2014 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o exercício de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.03.2014		31.12.2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(915.006)	(922.272)	(916.819)	(920.602)
FIDC	(732.951)	(734.068)	(784.444)	(785.733)
Total	(1.647.957)	(1.656.340)	(1.701.263)	(1.706.335)

29 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencto.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas BrasilSeguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2014	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2014	2.100
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	09/2014	1.235.040
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipatos. do Sistema de Geração da UHE Três Irmãos	04/2014	72.000

30 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

Notas Explicativas

- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o exercício de 18 de abril à 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 – determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito em receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente, se necessário. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)....	<u>(1.811.718)</u>
Valor líquido (incontroverso).....	<u>1.717.362</u>

(a) Composição da provisão ativo contingente – UHE Três Irmãos

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	<u>1.264.198</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>
Provisão ativo contingente.....	<u>1.811.718</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro. Condiciona também ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implica no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I é suficiente para a cobertura do

Notas Explicativas

montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que trata esta Portaria.

Em 28 de março de 2014 ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (R\$ 31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União – TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não "celebrasse o contrato de concessão" com os vencedores do certame enquanto analisa os impactos e repercussões desta separação operacional. Na avaliação do TCU, é preciso garantir a continuidade e o correto funcionamento das eclusas e do canal antes que o novo contrato seja assinado (Nota 31.b).

30.1 Segregação dos resultados da usina

O planejamento e o projeto da usina Três Irmãos, em sua concepção inicial, consideram uma operação conjunta com a usina Ilha Solteira, de forma a otimizar os benefícios energéticos utilizando a hidrologia dos rios Tietê e Paraná.

Todos os estudos de Programação Mensal da Operação – PMO e Planejamento Energético Anual – PEN efetivados no Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS consideravam, e, ainda consideram, em seus modelos de simulação as duas usinas como um aproveitamento único (equivalente).

Esse benefício é percebido pelas características únicas da sua operação, onde uma solução física, canal Pereira Barreto, permite a simulação como usina equivalente capitalizando aflúncias dos dois rios.

Dessa maneira, a garantia física de energia era atribuída ao Complexo Ilha Solteira / Três Irmãos. Na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a energia era alocada em sua quase totalidade (99,9%) à Usina de Ilha Solteira.

Torna-se impraticável a segregação das receitas, despesas e o fluxo de caixa da usina Três Irmãos das demais usinas da Companhia para o período findo em 31.03.2013, pois:

- Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e livre não foram lastreados por usina, mas sim pelo total do Parque Gerador da empresa.
- A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE não disponibiliza os dados para contabilização das sobras e déficits de energia (Energia Secundária, *Generation Scaling Factor – GSF*, Mecanismo de Realocação de Energia – MRE) por usina.
- A programação de despacho de geração de energia elétrica determinada pelo ONS considera o complexo UHE Ilha Solteira / UHE Três Irmãos.
- Somente em 05 de março de 2013, através da Portaria MME nº 32, o Poder Concedente, definiu a garantia física para a usina, no processo de transição para o Regime de Cotas. Até esta data havia uma única garantia física atribuída ao complexo UHE Ilha Solteira / UHE Três Irmãos.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a. Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.
- b. Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União – TCU manteve a decisão que suspendeu o leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgue o processo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 31 de março de 2014 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	4.500	0,00	6.675	0,01
	104.038.874	95,30	-	-	28.932.769	13,74	132.971.643	40,60
Outros								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	86,53	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	27.977.540	13,28	27.977.540	8,54
USB AG LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	22.719.951	10,79	22.719.951	6,94
CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE).....	-	-	-	-	12.351.018	5,86	12.351.018	3,77
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
The Bank of New York - ADR Department	40.031	0,04	165.877	2,15	-	-	205.908	0,06
Pessoas Físicas.....	2.746.630	2,52	759.870	9,86	3.186.152	1,51	6.692.652	2,04
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.297.674	2,10	82.757	1,07	104.875.044	49,79	107.255.475	32,76
Outros.....	6.716	0,01	29.696	0,39	-	-	36.412	0,01
	5.128.684	4,70	7.702.726	100,00	181.699.620	86,26	194.531.030	59,40
	109.167.558	100,00	7.702.726	100,00	210.632.389	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	1.991.811		140.540		3.843.082		5.975.433	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física****Companhia Paulista de Parcerias - CPP**

Posição em 31.03.2014

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Posição em 31.03.2014

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	591.968.382	54,46	-	1.544	0,00	591.969.926	43,77
BNDESPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES.....	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	232.157.111	21,35	146.920	228.481.566	86,08	460.785.597	34,08
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 31 de março de 2014 e 2013**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2014							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	4.500	0,00	4.588	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.684	4,70	7.702.776	100,00	181.699.620	86,27	194.531.080	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.776</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.723</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.684	4,70	7.702.776	100,00	181.699.620	86,27	194.531.080	59,40

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2013							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,52	132.967.055	40,13
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	1	0,00	103	0,00	107	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.090.052	86,48	198.338.307	59,87
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.547</u>	<u>100,00</u>	<u>214.023.524</u>	<u>100,00</u>	<u>331.310.629</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.090.052	86,48	198.338.307	59,87

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Marcos Antonio Quintanilha
Sócio
Contador CRC-1SP132776/T-1